

RPPN

da Mata Atlântica

Um Olhar Sobre as Reservas
Particulares dos
Corredores de Biodiversidade
Central e da Serra do Mar



ALIANÇA PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA
CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL
FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Carlos Alberto Bernardo Mesquita

RPPN

da Mata Atlântica

Um Olhar Sobre as Reservas
Particulares dos
Corredores de Biodiversidade
Central e da Serra do Mar

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL
BELO HORIZONTE

2004

**Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Ana Cristina de Vasconcellos – CRB / 6 - 505**

M582r Mesquita, Carlos Alberto Bernardo
RPPN da Mata Atlântica : um olhar sobre as reservas
particulares dos corredores de biodiversidade Central
e da Serra do Mar / Carlos Alberto Bernardo Mesquita.
– Belo Horizonte : Conservação Internacional, 2004.
48 p. : il. color., fots., grafs.
Acima do título : Aliança para a Conservação da
Mata Atlântica, Conservação Internacional, Fundação
SOS Mata Atlântica. Inclui bibliografia.

ISBN: 85-98830-02-X

1. Mata Atlântica. 2. Diversidade biológica.
3. Conservação da natureza. I. Título.

CDU : 504.75

ALIANÇA PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Roberto Luiz Leme Klabin
Presidente

Paulo Nogueira-Neto
Vice-Presidente

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL

Ângelo Barbosa Monteiro Machado
Presidente

José Maria Cardoso da Silva
Vice-Presidente de Ciência

COORDENAÇÃO GERAL

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Márcia Makiko Hirota
Diretora de projetos

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL

Luiz Paulo de Souza Pinto
Diretor do Programa Mata Atlântica

TEXTO

Carlos Alberto Bernardo Mesquita

REVISOR

Roberto B. de Carvalho

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Girassol

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

Esperanza Sobral

REVISÃO DE TEXTO

Bia Costa

Agradecimentos

Aos proprietários de RPPN, sem os quais não haveria o que “olhar” nem sobre o que escrever. À Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, não apenas pelo desafio desta publicação, mas, sobretudo, pela oportunidade de contribuir para pôr em prática, por meio do Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica, os caminhos teóricos apontados durante a elaboração do meu tema de mestrado. À equipe do núcleo de ecoturismo e áreas protegidas do IESB e aos amigos da Preserva, pelas informações. A Luiz Paulo Pinto, Mônica Fonseca e Ivana Lamas (Conservação Internacional) e Márcia Hirota e Elci Camargo (Fundação SOS Mata Atlântica), pela revisão do texto, pelos comentários e pelas sugestões.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
O Corredor Central da Mata Atlântica	13
O Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar	14
RPPN na Mata Atlântica	15
Programas de apoio e incentivo	18
O tamanho das RPPN	20
Perfil das RPPN nos Corredores de Biodiversidade da Mata Atlântica	23
A gestão das RPPN nos Corredores de Biodiversidade	29
Uso público	30
As RPPN e as unidades de conservação públicas	32
Programas de apoio	32
Planejamento e divulgação	34
Logística e Infra-estrutura	35
Aumento do número e das áreas das reservas	35
Considerações finais	37
Referências bibliográficas	39
Lista das RPPN localizadas nos Corredores da Biodiversidade Central da Mata Atlântica e Serra do Mar	45

Apresentação

Nos últimos anos tem crescido o apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), única categoria de unidade de conservação prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para criação voluntária pelo setor privado. Uma iniciativa importante é o Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Programa da Mata Atlântica da Conservação Internacional (ver Costa et al. 2004). Esse é um dos programas especiais do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF-Mata Atlântica).

O CEPF é um fundo que visa à conservação da biodiversidade nas áreas identificadas como *hotspots*¹ nos países em desenvolvimento. Constitui uma iniciativa conjunta por parte das seguintes entidades: Conservação Internacional (CI), Global Environment Facility (GEF), MacArthur Foundation, governo do Japão e Banco Mundial. O CEPF financia projetos nos *hotspots* de biodiversidade, áreas que englobam apenas 1,4% da superfície da Terra e concentram mais de 60% das espécies terrestres. O objetivo primordial do Fundo é assegurar o empenho da sociedade civil nos esforços dirigidos à conservação da biodiversidade nos *hotspots*. Mobilizando forças nas regiões de mais alta biodiversidade da Mata Atlântica, o Fundo elegeu como áreas prioritárias para atuar, nos primeiros anos, dois corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor da Serra do Mar.

A abordagem dos corredores de biodiversidade é utilizada para integrar diferentes escalas de proteção ambiental, desde a local até a regional, buscando-se representar diferentes ecossistemas e também manter ou incrementar os níveis de conectividade entre as áreas (ver Ayres et al. 1997; Sanderson et al. 2003). Na maioria dos *hotspots*, os remanescentes de habitats não protegidos estão gravemente amea-

¹ Os hotspots são considerados as regiões que apresentam elevada biodiversidade, grande número de espécies exclusivas (endêmicas) e que já perderam mais de 70% de sua área original.

çados. Nessas circunstâncias, os esforços de conservação devem concentrar-se na ampliação da conectividade entre importantes áreas em vastas zonas geográficas, de forma a possibilitar esses processos evolutivos em larga escala e assegurar a manutenção da biodiversidade. Os sistemas de gestão da paisagem juntamente com as redes de áreas protegidas são conhecidos como corredores de biodiversidade.

Assim, esta publicação apresenta um olhar sobre as RPPN localizadas nos corredores de biodiversidade da Mata Atlântica. A maior parte das informações aqui presentes foram obtidas em órgãos oficiais de meio ambiente que promovem a criação de RPPN: Ibama, Instituto Ambiental do Paraná, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Pernambuco (CPRH).

Para completar os dados, foram consideradas também informações gentilmente oferecidas pelas associações de proprietários de RPPN da Mata Atlântica ou coletadas de proprietários e técnicos de órgãos governamentais e entidades conservacionistas.

Luiz Paulo Pinto

Márcia M. Hirota

ALIANÇA PARA CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Introdução

Após a assinatura do Decreto Federal 98.914, de 1990, que veio regulamentar a proteção de áreas em propriedades particulares - além daquelas exigidas pelo Código Florestal de 1965 (Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente) -, foram criadas 656 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Brasil, permitindo a proteção, em caráter perpétuo, de quase 520 mil hectares de áreas naturais.

Mas foi somente em 2000 que as RPPN conquistaram o *status* de Unidades de Conservação, com a aprovação da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), fazendo do Brasil o único país da América Latina a incluir as reservas privadas no seu sistema oficial de áreas protegidas (Mesquita e Leopoldino 2002).

Embora classificadas como unidades de uso sustentável pela lei do SNUC, as RPPN poderiam ser consideradas como de proteção integral “de fato”, uma vez que o item do Artigo 21 que possibilitava (equivocadamente, a nosso ver) a extração de recursos naturais em uma RPPN foi vetado pelo presidente da república. Como ao Executivo cabe apenas o poder de veto, não lhe sendo permitido alterar a redação ou fazer quaisquer modificações, a não ser a supressão de trechos da lei aprovada pelo Congresso Nacional, as RPPN permaneceram entre as unidades de conservação de uso sustentável.

As áreas protegidas são o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais e regionais de conservação da biodiversidade (Mesquita 1999; Morsello 2001; Milano 2002; Câmara 2002; Mesquita 2002; Brito 2003). Aceitando-se essa premissa, especialmente no que se refere às unidades de conservação de proteção integral mais restritas (parques, reservas biológicas e estações ecológicas), constata-se que o sistema atual de áreas protegidas na Mata Atlântica é insuficiente para cumprir a meta de conservar a biodiversidade desse *hotspot*.

Desde a criação da primeira área protegida nos moldes da filosofia atual - o Parque Nacional de Yellowstone, de 1872 -, milhares de qui-

lômetros quadrados têm sido destinados à conservação, quase sempre por decisão de órgãos governamentais. Mas o crescimento populacional e o conseqüente aumento da demanda por bens e serviços ambientais, além da redução do orçamento público destinado à conservação da natureza, têm limitado cada vez mais a criação de áreas protegidas públicas (McNeely 1984).

Nesse contexto, aumenta a importância da participação do setor privado na estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade, particularmente por meio da criação de RPPN, incrementando a extensão e representatividade do sistema de unidades de conservação. As RPPN têm servido cada vez mais como instrumento complementar para fortalecer o sistema de proteção da natureza, permitindo, em várias situações, a manutenção da conectividade na paisagem natural, assim como o incremento da representação de áreas prioritárias para conservação em ecossistemas ainda não suficientemente protegidos pela rede de áreas protegidas públicas.

Entretanto, proprietários de RPPN, organizações ambientalistas e mesmo técnicos de órgãos ambientais reconhecem a insuficiência dos incentivos oferecidos a donos de imóveis rurais com áreas ainda bem conservadas para transformá-las em áreas protegidas ou em unidades de conservação. Atualmente, a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para áreas destinadas a RPPN é o único benefício concreto oferecido a seus proprietários.

Embora o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) possua uma linha de financiamento específica para apoiar a gestão das RPPN, em caráter de doação, percebe-se que a falta de informação e, principalmente, a falta de capacitação e orientação técnica dificultam o acesso dos proprietários de RPPN a esses recursos.

Outras dificuldades, de ordem legal e burocrática, também têm limitado o acesso das RPPN aos recursos do FNMA. Entre as limitações estão a obrigatoriedade de se ter uma pessoa jurídica sem fins lucrativos (uma organização da sociedade civil, uma fundação ou mesmo uma prefeitura) como proponente e o impedimento constitucional de se utilizarem recursos para aquisição de equipamentos e realização de obras, ainda que tais ações sejam essenciais para a proteção e gestão eficiente da reserva, por se tratar de propriedade privada.

Apesar disso, os mais de 518 mil hectares protegidos pelas RPPN materializam a decisão voluntária e generosa de centenas de cida-

dãos, empresas ou organizações que, mesmo sem muito incentivo, despendem tempo, recursos e dedicação para cuidar de suas reservas e contribuir, em caráter complementar, para os esforços de conservação da natureza em nosso país. As RPPN são, portanto, uma clara demonstração de cidadania e responsabilidade socioambiental da sociedade brasileira.

Ciente do relevante papel das RPPN no sistema de proteção da natureza, a Aliança para Conservação da Mata Atlântica criou o Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica, em consonância com outras estratégias de conservação, notadamente a criação de corredores de biodiversidade e o aumento da superfície protegida em áreas prioritárias para a conservação do patrimônio natural. De acordo com as diretrizes desse programa, tem-se dado apoio prioritário às RPPN da Mata Atlântica, preferencialmente aquelas localizadas nos dois corredores de biodiversidade definidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Cabe ressaltar que o corredor Central da Mata Atlântica - que engloba a região sul da Bahia e o estado do Espírito Santo - é o único que está sendo implantado por iniciativa do governo federal, com o apoio dos governos estaduais. Diversas atividades têm sido promovidas, tanto pelas instituições públicas quanto pelas organizações ambientalistas. No momento, elabora-se o plano de gestão do Corredor Central, ferramenta de diagnóstico e planejamento que estabelecerá as diretrizes para execução dos projetos.

O segundo corredor da Mata Atlântica com prioridade de implantação é o da Serra do Mar, que interliga os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo por meio da cadeia de montanhas que acompanha o litoral do sudeste brasileiro (serra do Mar) e a serra da Mantiqueira.

O Corredor Central da Mata Atlântica

O Corredor Central, que abrange o sul da Bahia, quase todo o Espírito Santo e trechos da Mata Atlântica do leste de Minas Gerais, compreende os maiores remanescentes florestais de Mata Atlântica do Nordeste e pelo menos dois centros de endemismo da Mata Atlântica, conforme estudos disponíveis sobre vertebrados terrestres (primatas, aves e répteis), borboletas e plantas (Mori e Boom 1981; Kinzey 1982; Thomas e Carvalho 1997; Mittermeier et al. 1999).

A região é biologicamente diversa e abriga espécies de distribuição restrita e classificadas como ameaçadas de extinção, a exemplo do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), balança-rabocanela (*Glaucis dohrnii*), o bigodudo-baiano (*Merulaxis stresemanni*) e a saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*). A porção baiana do Corredor Central apresenta uma das maiores diversidades de aves do Brasil. Recentemente, cinco novas espécies e um novo gênero (*Acrobatornis fonsecai*) foram descobertos na região cacauieira tradicional (Pacheco et al. 1996; CI-Brasil et al. 2000).

A diversidade da flora também é excepcional. Em estudo realizado em uma reserva particular ainda não reconhecida como RPPN, em Serra Grande, município de Uruçuca, ao norte de Ilhéus (BA), foram encontradas 458 espécies de árvores em um único hectare de floresta, número considerado recorde mundial de riqueza de plantas lenhosas (Thomas e Carvalho 1997). Outro estudo, realizado em área de floresta submontana (entre 600 e 900 metros de altitude) na Estação Biológica de Santa Lúcia (ES), revelou a existência de 443 espécies de árvores também em um único hectare (Thomaz e Monteiro 1997).

Para se ter uma idéia da relevância internacional da região, várias áreas localizadas no sul da Bahia, entre elas a RPPN Estação Veracruz - a maior da Mata Atlântica - receberam da Unesco, em 2000, o título de Patrimônio Natural Mundial. Toda a região se insere também na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com diversas zonas-núcleo e alguns postos avançados, entre eles as RPPN Serra do Teimoso e Ecoparque de Una.

O Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar

Os limites considerados pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos para o Corredor da Serra do Mar são: a bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, ao sul; a serra da Mantiqueira, a oeste; e o próprio rio Paraíba do Sul, ao norte. Os riachos costeiros de São Paulo e Rio de Janeiro formam a paisagem da porção leste do Corredor e apresentam o mais elevado nível de endemismo de peixes da Mata Atlântica.

O Corredor da Serra do Mar abrange o maior remanescente do ecossistema Floresta Ombrófila Densa, que ocupava as encostas e to-

pos das serras do Mar e da Mantiqueira e as terras baixas adjacentes. Foi graças ao seu relevo, fortemente acidentado e cheio de declives, que essas áreas se mantiveram bem preservadas, embora se situem perto das duas maiores metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. É uma das regiões mais ricas em diversidade biológica da Mata Atlântica, apresentando, por exemplo, a maior diversidade de mamíferos de pequeno porte e a maior concentração de aves ameaçadas e/ou endêmicas (Costa et al. 2000; Cordeiro 2003).

Na região, muitos remanescentes de mata compõem unidades de conservação, o que os tornam propícios para ações e investimentos em conservação a longo prazo, particularmente para implementar corredores destinados a aumentar a conectividade entre fragmentos. Além da Mata Atlântica, as restingas presentes no Corredor da Serra do Mar também abrigam áreas de endemismo importantes (Rocha et al. 2002). A restinga de Jurubatiba, na costa norte do Rio de Janeiro, é uma das mais bem preservadas do Brasil e pode ser considerada o último refúgio de espécies já extintas em outras regiões do estado, cujas áreas de restinga estão degradadas ou já desapareceram (Rocha et al. 2004).

RPPN na Mata Atlântica

Até outubro de 2004 foram identificadas 443 RPPN na Mata Atlântica: 228 RPPN reconhecidas pelo Ibama; 173 reservas reconhecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), primeiro estado a ter uma legislação específica para reconhecimento de unidades de conservação privadas; 40 reservas reconhecidas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais; e 2 RPPN instituídas pelo CPRH, de Pernambuco. Juntas, estas 443 RPPN protegem 98.028,72 hectares.

Tais números representam mais de 19% da superfície protegida em RPPN e 68% das reservas particulares reconhecidas desde 1990 no Brasil. O fato de mais de dois terços das RPPN brasileiras estarem na Mata Atlântica pode ser atribuído ao perfil dos proprietários rurais do bioma, que em sua maioria dependem pouco da produção rural para compor sua renda. Embora não haja estudos conclusivos a esse respeito, é possível que a concentração de RPPN na Mata Atlântica se deva ao grau de conscientização ambiental de seus proprietários. Em

sua maioria, são pessoas com certo grau de conscientização acerca da problemática ambiental e com recursos para se engajar em atividades conservacionistas sem prejuízo de suas fontes de renda, geralmente dissociadas da atividade rural.

Já o fato de somarem apenas cerca de um quinto da área total protegida pela categoria pode ser atribuído à estrutura fundiária predominante no bioma, com grande número de pequenas e médias propriedades e poucos latifúndios. A preponderância de imóveis rurais menores cujos proprietários quase sempre deles independem como fonte de renda parece criar uma situação bastante favorável à existência de muitas reservas pequenas.

Por outro lado, o grande número de reservas se deve também aos programas e projetos de organizações ambientalistas que apóiam a criação de RPPN em diferentes pontos da Mata Atlântica. Entre esses projetos estão os desenvolvidos pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), que já apoiou a criação de 18 RPPN desde 1996 (Mesquita e Leopoldino 2002; Leopoldino, com. pes. 2004), e pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), que fomentou a criação de 11 RPPN no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio de Janeiro. Vários outros processos tramitam atualmente no Ibama (Rosan et al. 2002). A figura 1 mostra a distribuição de RPPN pelos biomas brasileiros, em número de reservas e em superfície protegida.

A área originalmente ocupada pela Mata Atlântica e seus ecossistemas associados abriga hoje mais de 70% da população e oito das dez maiores cidades do país, em número de habitantes (São Paulo, Rio de

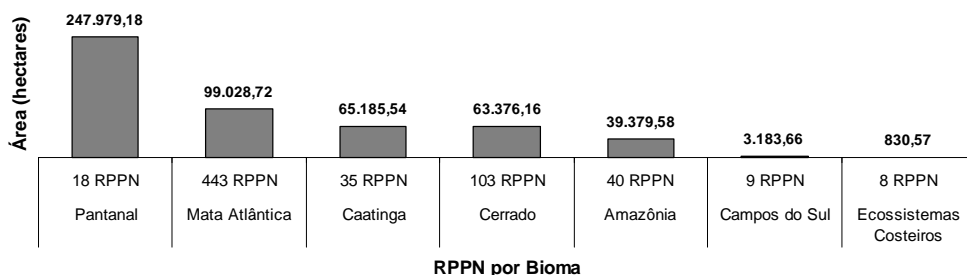


Figura 1: Área e número de RPPN, por Bioma

Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife e Porto Alegre). Por ser uma área de ocupação antiga, os imóveis rurais, que foram sendo divididos a partir das capitânicas hereditárias e sesmarias, têm hoje um tamanho médio muito inferior ao encontrado nas regiões consideradas “fronteiras de expansão”, notadamente o Norte (ocupado pelo Bioma Amazônico) e o Centro-Oeste (com o Cerrado e o Pantanal).

Se considerarmos a premissa de que quem possui mais terras irá destinar áreas maiores para conservação, pelo menos na maioria dos casos é natural que a estrutura fundiária influencie diretamente no tamanho das RPPN. Essa diferença se expressa também por meio dos diferentes níveis socioeconômicos encontrados no Sudeste e no Nordeste. Enquanto a maioria das RPPN do Sudeste ocupa a totalidade ou boa parte do imóvel onde estão inseridas, no Nordeste a maior parte das RPPN representa apenas uma parcela (muitas vezes pouco maior que a reserva legal) das propriedades. Essa diferença entre o tamanho médio das RPPN por bioma é ilustrada pela figura 2.

Entretanto, como se verá adiante, essa predisposição e possibilidade de contribuir com a conservação, fatores determinantes para o crescimento das RPPN nos quase 15 anos de criação dessa categoria de unidade de conservação, não eliminam a necessidade de conceder mais incentivos aos proprietários rurais que queiram proteger suas áreas. É cada vez mais evidente na comunidade de proprietários de RPPN o anseio de obter reconhecimento e apoio, sobretudo no que diz respeito a orientação, assessoria técnica e suporte financeiro, para que possam gerir suas unidades de conservação com mais eficiência.

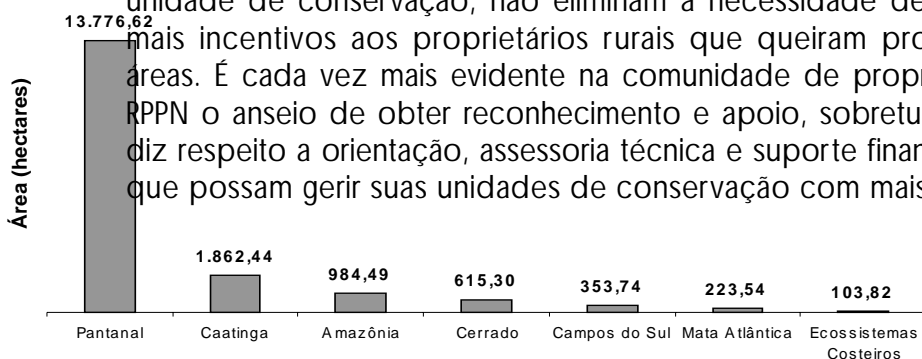


Figura 2: Área média das RPPN, por Bioma

Certamente não é casual o fato de três das onze associações de proprietários de RPPN brasileiras estarem no Sudeste. A Associação Patrimônio Natural (APN), do Rio de Janeiro, pioneira na mobilização dos proprietários, a Associação das Reservas Particulares de Minas Gerais (Arpemg) e a recém-renomeada Federação das Reservas Particulares do Estado de São Paulo (Frepesp, antes Renasp) revelam o desejo dos proprietários de RPPN de maior reconhecimento e apoio por parte da sociedade e dos organismos governamentais e não-governamentais.

Programas de apoio e incentivo

O incentivo à criação e ao manejo de RPPN, por meio da oferta de incentivos diretos e indiretos ou de assistência técnica, traz resultados a curto prazo. Bons exemplos são o Programa de Incentivo às RPPN da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, já mencionado anteriormente, o Programa de RPPN do Instituto Ambiental do Paraná (IAP-PR), o Programa de Incentivo à Criação e Apoio à Gestão de RPPN no sul da Bahia, desenvolvido pelo IESB, e o programa de fomento à criação de RPPN no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, executado pela AMLD na região de Silva Jardim e Casemiro de Abreu, no Rio de Janeiro. Só o Programa de Incentivo às RPPN da Aliança para Conservação da Mata Atlântica apóia 60 projetos de implementação e criação de RPPN (ver Costa et al. 2004).

O Paraná permitiu o reconhecimento de áreas como RPPN diretamente pelo órgão estadual de meio ambiente. Nesse caso, a redução da burocracia e o encurtamento do processo de reconhecimento, que começa e termina no próprio estado, diminuiu o tempo de espera do proprietário entre protocolar o requerimento, receber o termo de compromisso, averbá-lo e ter a portaria de reconhecimento de sua RPPN publicada no *Diário Oficial*.

Além disso, como naquele estado existe a Lei do ICMS Ecológico - que garante aos municípios com unidades de conservação maior repasse da parcela do ICMS que normalmente lhes caberia -, prefeituras de municípios sem unidades de conservação passaram a incentivar e apoiar proprietários de áreas protegidas. Isso tem garantido também, em alguns casos, o envolvimento direto da administração municipal na gestão das RPPN, principalmente no que diz respeito à realização de obras de infra-estrutura (melhoria dos caminhos de acesso, eletrificação, abastecimento de água etc.).

O resultado dessa iniciativa do governo do Paraná está expresso na figura 3, que mostra a superfície protegida por RPPN na Mata Atlântica, por estado. O Paraná, com 173 RPPN reconhecidas pelo IAP e mais 10 reconhecidas pelo Ibama, possui hoje quase 37 mil hectares nessa categoria, totalizando quase 36% da superfície total coberta por RPPN na Mata Atlântica. Paraná e Minas Gerais, estados com maior número e área de RPPN, tiveram esse tipo de unidade de conservação reconhecida pela legislação estadual e avançaram no mecanismo de incentivo financeiro por meio do ICMS Ecológico.

Por outro lado, a falta de incentivo ou compensação econômica para as unidades de conservação pode causar conflito entre prefeituras municipais e RPPN. Na Bahia, por exemplo, onde a proposta do ICMS Ecológico ainda não saiu do papel, há três casos emblemáticos de conflitos entre proprietários de RPPN e prefeitos, todos devidos ao entendimento dos administradores municipais de que uma reserva atrapalha o desenvolvimento socioeconômico do município.

Simbólico também é o fato de que o Paraná foi o segundo estado, depois do Rio de Janeiro, a criar uma associação de proprietários de RPPN. Atualmente, com apoio do Instituto Ambiental do Paraná e do Ministério Público, a Associação RPPN Paraná está implementando um criativo, inovador e audacioso projeto de remuneração direta de RPPN pelos serviços ambientais prestados, com recursos oriundos das compensações do ICMS Ecológico. Esse pode, sem dúvida, ser considerado um exemplo bem-sucedido de parceria público-privado.

No caso da Bahia, também não há resultado espontâneo ou mera coincidência. Desde 1996, o IESB incentiva proprietários de fazendas e sítios com áreas bem preservadas da Mata Atlântica a criarem RPPN. Em todo o estado, foram criadas, entre 1990 e 1995, apenas 6 RPPN, totalizando 2.600 hectares. Na região Sul, que abriga um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica brasileira, com altos índices de diversidade biológica e endemismo, havia até fevereiro de 1996 apenas uma RPPN (Araujo et al. 1998).

Atualmente existem 58 RPPN na Bahia (o terceiro estado em número de reservas), 19 delas na área de influência do programa do IESB, onde outras seis estão em processo de criação no Ibama e mais sete preparam sua documentação com o apoio dos técnicos da organização (Mesquita e Leopoldino 2002; Leopoldino, com. pes. 2004).

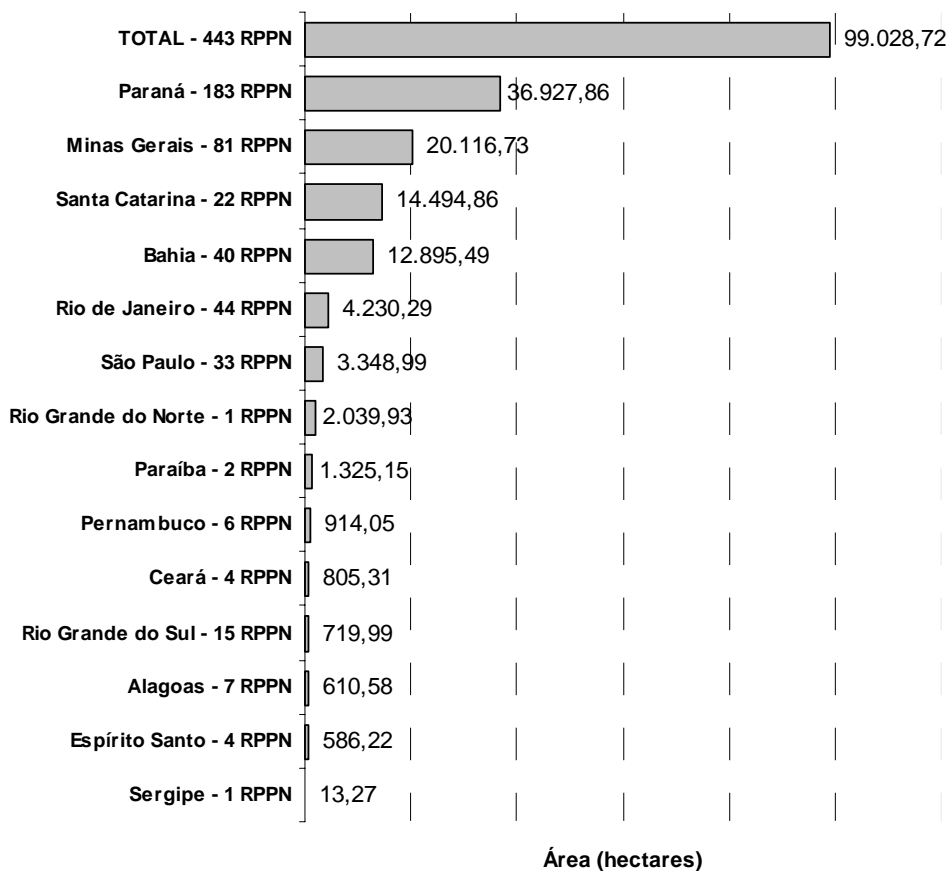


Figura 3: Distribuição das RPPN da Mata Atlântica por estado

O tamanho das RPPN

Muito se tem questionado sobre a eficiência das RPPN nas estratégias de conservação da biodiversidade, uma vez que a área da maioria das unidades da categoria, por ser pequena, não permite a proteção de amostras significativas do ecossistema em que se insere. A distribuição das RPPN da Mata Atlântica por classe de tamanho é apresentada na figura 4.

Como se vê no gráfico, mais da metade das RPPN da Mata Atlântica possuem área de no máximo 50 hectares. Por outro lado, apenas 9% das reservas privadas do bioma têm mais de 500 hectares. Entretanto,

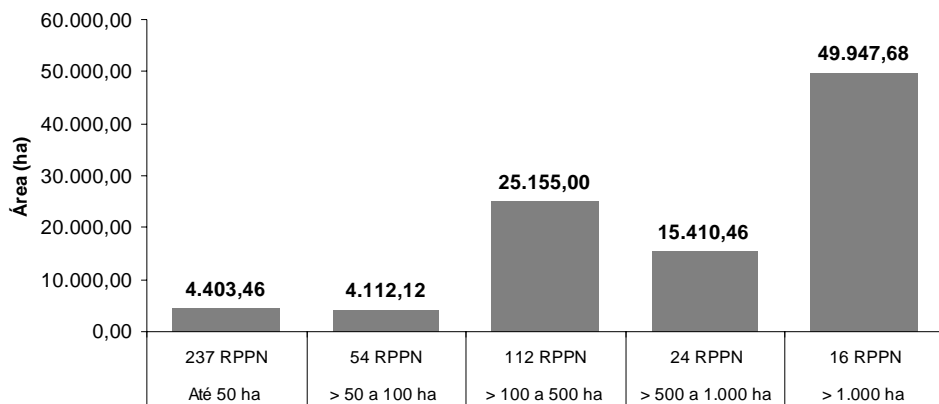


Figura 4: Distribuição das RPPN da Mata Atlântica por classes de tamanho

devido ao seu tamanho, estas últimas são responsáveis pela proteção de 66% de toda a superfície nessa categoria.

Qualquer análise sobre o efeito das RPPN na proteção da biodiversidade precisa ser feita à luz dos conceitos mais modernos de biologia da conservação. Se é verdade que quanto maior a área maior a possibilidade de assegurar amostras representativas do ecossistema que se quer proteger, também é certo que grandes áreas isoladas não garantem, a longo prazo, a permanência de populações geneticamente viáveis.

Isso é ainda mais evidente no caso da Mata Atlântica, devido à intensa fragmentação sofrida pelo bioma nos últimos séculos. Assim, em muitas regiões onde restam poucas amostras da vegetação original, as RPPN podem ser os últimos resquícios originais ainda bem conservados. Teriam, pois, independentemente do seu tamanho, inestimável valor como relíquias protegidas da vegetação natural de uma dada região.

Um fenômeno interessante observado por Mesquita (1999) é a forte tendência de estabelecimento de reservas naturais privadas em áreas próximas a unidades de conservação públicas, sobretudo nas zonas de amortecimento. Estudo realizado com 118 reservas particulares de 12 países latino-americanos detectou que 57% das reservas dessa amostra se localizam a menos de 20 Km de alguma unidade de conservação pública, sendo que quase dois terços delas estão exatamente ao lado de uma área protegida pública.

No Brasil, esse é o caso de RPPN localizadas em propriedades inseridas em Áreas de Proteção Ambiental (APA). No sul da Bahia, o citado programa do IESB que incentiva a criação de RPPN estimula os proprietários das áreas litorâneas da APA da Costa de Itacaré - Serra Grande a criar reservas particulares. A iniciativa tem fortalecido a manutenção das "Zonas de Proteção Rigorosa" da APA e conferido *status* de proteção integral a áreas estabelecidas em zonas de uso mais flexível.

Em tal situação evidencia-se a complementaridade entre o esforço público e privado de conservação. O mesmo se dá na Reserva Biológica de Poço das Antas, com os programas de translocação e reintrodução do mico-leão-dourado em RPPN vizinhas à reserva. Fora da Mata Atlântica, merece destaque a iniciativa da Funatura de apoiar a criação de RPPN no entorno dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO) e Grande Sertão Veredas (MG).

Também para a estratégia de formação de corredores ecológicos unindo zonas-núcleo representadas por unidades de conservação, as RPPN são uma excelente oportunidade de garantir conectividade ecológica e fluxo genético entre as áreas, mesmo que algumas delas tenham menos de 100 hectares (Ayres et al. 1997).

Assim, enquanto o Estado cumpre seu papel de criar e manter grandes unidades, a rede de proprietários privados conservacionistas tem um papel complementar, protegendo os interstícios entre as grandes unidades a um custo muito baixo para o erário público.

Perfil das RPPN nos Corredores de Biodiversidade da Mata Atlântica

Foram identificadas 120 RPPN nos dois corredores de biodiversidade considerados prioritários na Mata Atlântica: 37 no Corredor Central e 83 reservas na região da Serra do Mar. No total, essas unidades somam mais de 18.400 hectares de área protegida, equivalente a quase um quinto da superfície protegida em RPPN na Mata Atlântica como um todo (figura 5). Em termos do número de reservas, as RPPN dos corredores correspondem a pouco mais de um quarto do número total de reservas particulares no bioma (que é de 443, entre reservas reconhecidas pelo Ibama e pelos órgãos estaduais de meio ambiente).

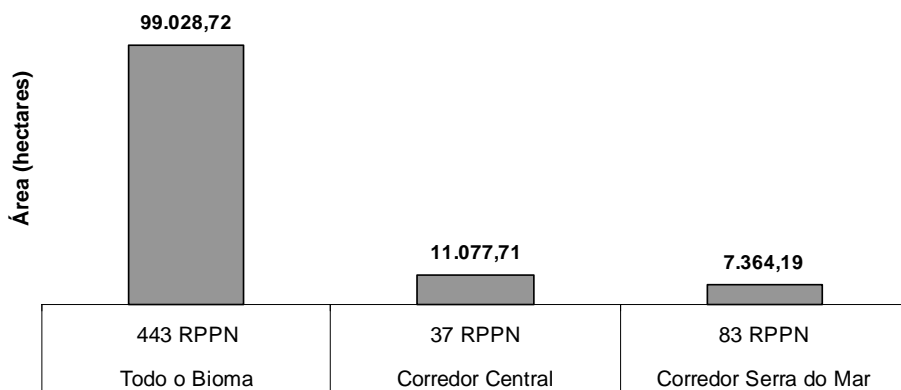


Figura 5: RPPN nos corredores ecológicos da Mata Atlântica

Com relação à distribuição dessas reservas entre os estados, observa-se uma concentração na Bahia e Rio de Janeiro (figura 6), ambos figurando entre os de maior número de RPPN no país. Minas Gerais, o segundo estado em número de RPPN, também tem participação expressiva no número de reservas localizadas dentro do Corredor da Serra do Mar.

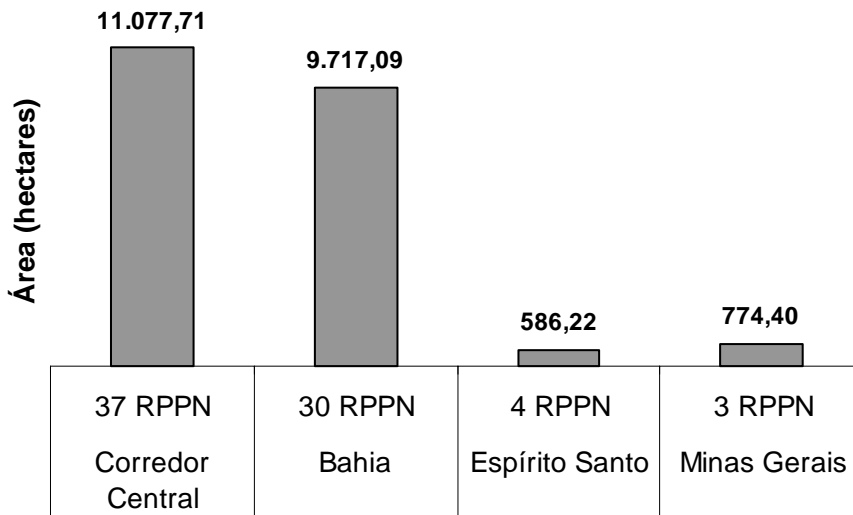


Figura 6: Distribuição das RPPN nos corredores, por estado

Enquanto no Corredor da Serra do Mar, 77% das reservas pertencem a indivíduos ou famílias e protegem 59% da área total em RPPN na Serra do Mar, no Corredor Central apenas cinco das 37 reservas (menos de 14%) são de empresas ou organizações (figura 7). Mas a área protegida por essas cinco reservas equivale a 63% da área em RPPN no corredor.

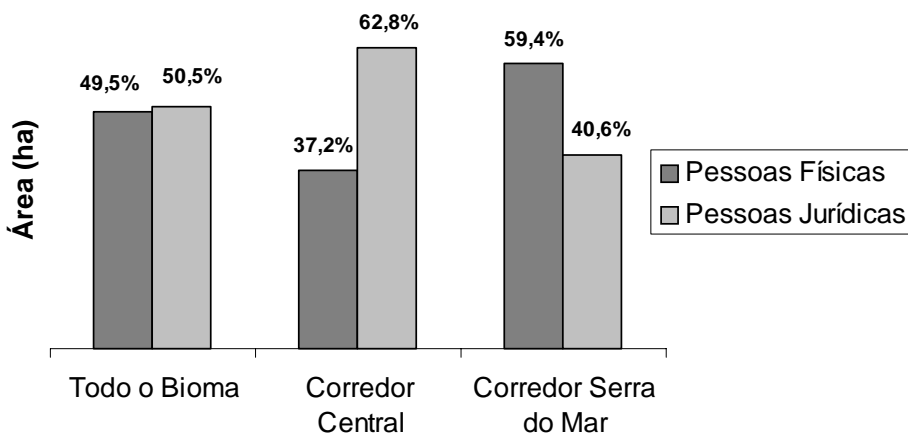


Figura 7: Distribuição da área em RPPN por tipo de proprietário

Essa diferença se deve à RPPN Estação Veracruz, da empresa Veracel Celulose, que, com 6.069 hectares, é a maior RPPN da Mata Atlântica (uma vez que a Reserva do Caraça, em Minas Gerais, com 10.187,89 hectares, se encontra em área de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, estando a maior parte de seu território coberta por este último). A Estação Veracruz representa sozinha cerca de 6% de toda a área em RPPN no bioma, 33% da superfície das reservas privadas nos dois corredores e mais da metade da área total das RPPN no Corredor Central.

Com relação à dinâmica de criação das RPPN nos corredores, observa-se uma tendência de crescimento do número de reservas que surgem a cada ano. Para os dois corredores, enquanto na primeira metade dos anos 90 foram criadas 13 reservas (11% do número atual), entre 1995 e 1999 registrou-se o reconhecimento de 52 novas reservas. No período seguinte (2000 a 2004), esse ritmo se manteve, tendo sido criadas 55 novas RPPN nos dois corredores. Mas sabe-se que esse número não reflete o aumento da demanda, reprimida sobretudo em razão de entraves burocráticos no Ibama, que acumulou dezenas de processos para reconhecimento de RPPN em 2003.

Se compararmos o ritmo de criação de novas RPPN nos dois corredores com os números para toda a Mata Atlântica, observamos que nos primeiros, onde se têm concentrado esforços para ampliar o número de unidade de conservação, há de fato uma vantagem em relação ao bioma como um todo. Como se vê na figura 8, enquanto a porcentagem de criação de novas reservas no bioma para cada um dos períodos considerados foi de 7%, 56% e 37%, respectivamente (com uma queda no último período), nos corredores essas taxas foram de 11%, 43% e 46%, demonstrando um crescimento inicial e uma estabilização no topo.

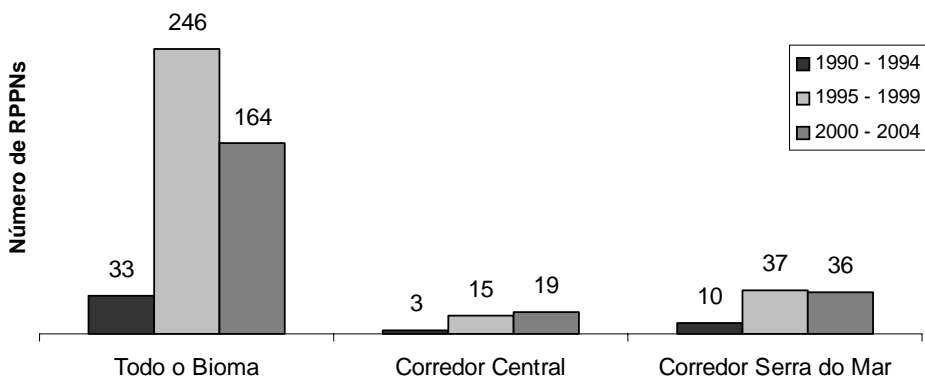


Figura 8: Reconhecimento de RPPN na Mata Atlântica

A justificativa para esses resultados pode ser os projetos de incentivo à criação de RPPN, como os desenvolvidos pelo IESB e pela Associação Flora Brasil, no Corredor Central, e pela Associação Mico-Leão-Dourado e Associação Patrimônio Natural (APN), que reúne os proprietários de RPPN do Rio de Janeiro, no Corredor da Serra do Mar.

Uma boa estratégia adotada pela APN é o conceito de 'município verde', que está sendo desenvolvido em parceria com a prefeitura de Silva Jardim (RJ). Essas parcerias e a soma de esforços fizeram de Silva Jardim o município com o segundo maior número de RPPN no Brasil, ao lado de Presidente Figueiredo (AM), cada um abrigando nove unidades de conservação dessa categoria.

A meta da APN é que a prefeitura transforme Silva Jardim no município com o maior número de RPPN no Brasil, posto atualmente ocupado por Coronel Vivida (PR), que possui 11 RPPN. Entretanto, se considerarmos as quatro reservas do município vizinho de Casimiro de Abreu, também no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, criadas com o apoio da Associação Mico-Leão-Dourado, temos nessa região do Rio de Janeiro a maior concentração de RPPN do Brasil.

Mesquita e Leopoldino (2002), ao analisar o projeto de incentivo à criação de RPPN desenvolvido no sul da Bahia pelo IESB, observaram que, para aumentar o interesse, é preciso adotar estratégias diferenciadas, de acordo com o perfil do proprietário. Desse modo, para incentivar a criação de RPPN em propriedades particulares no entorno da Reserva Biológica de Una, ao sul de Ilhéus, onde há expressivos remanescentes florestais e a maioria dos proprietários se volta para a produção agrícola, o IESB oferece orientação no sentido de se adotarem alternativas agrícolas sustentáveis, que agreguem valor econômico aos produtos e melhorem a produtividade das áreas de produção, propondo averbação da Reserva Legal e a criação de RPPN como uma espécie de compensação pela assistência técnica recebida.

No caso das regiões onde é possível compatibilizar conservação com desenvolvimento turístico, como a zona costeira da Área de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande, ao norte de Ilhéus, a estratégia adotada é oferecer orientação no planejamento, na formatação e na operação de atrativos e equipamentos ecoturísticos. Pouco a pouco, os proprietários envolvidos perceberam que associar seus empreendimentos a iniciativas de conservação valoriza os negócios e lhes empresta um diferencial no mercado, não só pela beleza cênica que oferecem, mas também por assegurarem legalmente a proteção da paisagem natural.

A observação dos outros projetos de incentivo à criação de RPPN citados anteriormente demonstra que a valorização da auto-estima dos proprietários conservacionistas é fundamental para o aumento do número de RPPN. O reconhecimento público pelo compromisso assumido de proteger uma parcela do patrimônio natural da nação é um estímulo, ainda pouco explorado, ao crescimento das RPPN.

A gestão das RPPN nos corredores de biodiversidade

Com o objetivo de fazer uma avaliação mais detalhada da gestão das RPPN dos corredores de biodiversidade da Mata Atlântica, utilizaram-se os resultados obtidos por Mesquita (1999) e informações do banco de dados do IESB. Essas duas fontes aportaram informações sobre a gestão de 16 RPPN que protegem 7.395 hectares (tabela a seguir). Elas representam 13% do número de RPPN e 40% da superfície protegida por essa categoria de manejo nos dois corredores analisados.

RPPN da amostra utilizada para análises de gestão			
	RPPN	Município	Área (ha)
Corredor Central	Estação Veracruz	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	6.069,00
	Reserva Natural do Araçari	Itacaré	100,00
	Ecoparque do Una	Una	83,28
	Reserva Natural da Serra do Teimoso	Jussari	200,00
	Salto Apepiqui	Ilhéus	118,00
	Fazenda São João	Ilhéus	25,00
	Arte Verde	Ilhéus	10,00
	Água Branca	Valença	97,00
	Fazenda Paraíso	Uruçuca	26,00
	Manona	Porto Seguro	7,00
	Pedra do Sabiá	Itacaré	22,00
	Sapucaia	Maraú	18,50
	Juerana	Maraú	27,00
Corredor Serra do Mar	Granja Redenção	Silva Jardim	33,80
	RPPN Fazenda Roça Grande	Rio Claro	63,70
	RPPN Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu	494,30

Metade das 16 reservas da amostra já receberam algum tipo de apoio, seja aporte de recursos para projetos ou orientação técnica oferecida por organizações ambientalistas. Isso indica que há uma cultura de cooperação por parte dos proprietários e que programas de apoio podem fazer com que eles procurem fazer acordos para melhorar as condições de gestão e proteção das reservas.

É importante lembrar que a disponibilização de informações sobre o manejo só é possível quando há proximidade entre proprietários, pesquisadores, universidades e organizações conservacionistas. Vale observar também que, para alguns proprietários de RPPN, a reserva é apenas um espaço para usufruto seu, de sua família e amigos, não estando eles, ao menos por ora, interessados em desenvolver programas de educação ambiental ou pesquisas em suas áreas.

A experiência tem mostrado que mesmo os donos de reservas com esse perfil clamam por reconhecimento e apoio para a proteção de suas áreas, sobretudo no que se refere à instalação de placas, à rápida ação de fiscalização por parte do Ibama e de outros órgãos, e a outras formas de valorização da sua iniciativa de criar uma unidade de conservação.

Uso público

Com relação à visitação, dez reservas da amostra estão abertas ao público, com diferentes opções de atividade. Há desde reservas cuja estratégia de manejo se volta fortemente para o turismo e ecoturismo, com trilhas, equipamentos, infra-estrutura e pessoal treinado para receber visitantes, até reservas que, embora abertas ao público, não oferecem esses atrativos.

Três reservas estão preparadas para oferecer atividades de educação ambiental e pesquisa a estudantes das escolas do entorno, a pequenos grupos de universitários para aulas práticas e eventualmente a pesquisadores. Em alguns casos, oferecem serviço de alojamento, quase sempre de modo improvisado e para atender a demandas específicas.

Das 16 reservas estudadas, apenas três estão fechadas para o público. Mas seus proprietários demonstram interesse em abri-las à visitação quando houver melhoria nas condições de acesso e recepção. Para isso, pleiteiam apoio financeiro e orientação técnica.

Fica claro que há uma demanda ainda não atendida com relação ao planejamento, à construção de infra-estrutura e à instalação de equipa-

mentos. É senso comum que poucas RPPN têm potencial para o turismo, seja pela distância dos centros emissores, pela falta de atrativos turísticos ou pelo desinteresse do proprietário em investir e lidar com essa atividade. Mas as que têm potencial para a atividade recebem pouco ou nenhum apoio no que diz respeito a orientação técnica, planejamento de atividades e implantação de estruturas. Esses dados reforçam a demanda das RPPN por apoio a suas atividades de uso público, sejam elas recreativas ou educacionais.

Ainda sobre gestão de reservas privadas, um levantamento feito com proprietários de reservas particulares na América Latina revelou que as reservas de empresas ou organizações da sociedade civil cumprem melhor seus objetivos do que as reservas cujos donos são pessoas ou famílias. Segundo Mesquita (1999), sete das 10 reservas mais bem-sucedidas pertencem a uma empresa ou organização. Isso é natural, uma vez que, quando uma companhia privada cria uma unidade de conservação, geralmente ela planeja a alocação dos recursos necessários para sua implantação e gestão adequadas. No caso de reservas criadas por organizações conservacionistas, uma facilidade é o fato de serem entidades sem fins lucrativos, o que lhes permite acesso a doações e recursos, sem obrigação de retorno, para aplicação em projetos de conservação, incluindo o estabelecimento de espaços naturais protegidos.

Até o início da década de 1980, a maioria das organizações ambientalistas que arrecadavam recursos para criar unidades de conservação preferia doá-los aos órgãos públicos, para que estes arcassem com os custos de desapropriação das terras para implantar áreas protegidas públicas. Nos últimos 20 anos, porém, tem crescido o número de entidades que preferem aplicar esses recursos diretamente, criando elas próprias unidades de conservação, que ficam registradas sob sua propriedade e geralmente recebem o reconhecimento oficial dos governos, sobretudo nos países onde há legislação específica para reservas privadas.

As reservas de empresas e organizações costumam ser maiores. No mesmo estudo, Mesquita (1999) encontrou uma distribuição do número de reservas bem equilibrada entre pessoas físicas e jurídicas. Mas há forte desequilíbrio no que diz respeito à superfície que cada grupo protege, pois as empresas e organizações são responsáveis por mais de 70% da área total pesquisada.

As RPPN e as unidades de conservação públicas

Outro fator analisado foi a distância entre as reservas e as unidades de conservação públicas. Das 16 reservas estudadas, uma está dentro de uma APA estadual, duas fazem divisa com unidades de conservação públicas (no caso, uma reserva biológica federal e um parque estadual) e seis estão a menos de 20 km dos limites de alguma unidade de conservação. Apenas sete reservas estão a mais de 20 km de uma unidade de conservação, portanto fora de sua área de influência. Esses dados se equiparam aos de Mesquita (1999), que mostram que 54% das reservas privadas da América Latina estão nas imediações de unidades de conservação públicas.

Do ponto de vista da estratégia de formação de corredores de biodiversidade, essa informação é muito importante, sobretudo se houver, no entorno dessas áreas, estímulo a ações de manejo e à criação de programas de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental. O incentivo à formação de mosaicos de áreas protegidas, intercalados por usos da terra compatíveis com a conservação da biodiversidade e manutenção da permeabilidade ecológica, é o principal desafio do Projeto Corredores Ecológicos.

Programas de apoio

No que se refere ao suporte que essas reservas têm recebido nos últimos anos, o único que está presente em todas as RPPN da amostra é o incentivo fiscal, representado pela isenção do ITR. Outros incentivos também foram mencionados, mas pela minoria dos proprietários.

Cinco RPPN da amostra receberam doações para manejo e proteção. Uma delas obteve recursos de organizações ambientalistas nacionais e internacionais e de empresas nacionais e estrangeiras. Outras três foram beneficiadas por doações de organizações do Brasil e do exterior. A quinta recebeu recursos de uma empresa nacional.

No estudo das reservas privadas da América Latina ficou evidente que as de propriedade de empresas ou entidades conservacionistas têm mais oportunidade de receber doações do que as de pessoas físicas. Tais doações muitas vezes são aportadas pelos próprios donos da reserva, quando empresas, ou pelos parceiros institucionais da organização que é sua proprietária (Mesquita 1999).

Essa constatação evidencia a importância do Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica, uma vez que representa para a maioria

dos proprietários a primeira oportunidade de obterem apoio concreto para o manejo e proteção de suas reservas. É importante mencionar que 14 reservas da amostra são de pessoas físicas e famílias e que as duas que pertencem a empresa ou organização ambientalista estão entre as cinco que já receberam algum tipo de doação.

Quanto à assistência técnica, oito reservas da amostra foram beneficiadas por esse tipo de serviço, oferecido por entidades ambientalistas brasileiras (sete), organizações internacionais (duas), empresas nacionais (uma) e empresas multinacionais (uma). Algumas reservas receberam orientação de mais de um tipo de parceiro.

Embora esse número seja expressivo, é preciso definir melhor o alcance e a permanência da orientação recebida. Em certos casos, em cinco anos de existência a RPPN contou com alguma forma de orientação técnica em uma única oportunidade. Em outros, essa orientação ocorreu com maior freqüência, aportada pelos próprios donos (no caso de empresa e organizações) ou mediante algum tipo de convênio, como é o caso de duas reservas da amostra.

Na maioria das vezes, a assistência técnica vem junto com mão-de-obra ou com apoio para contratá-la. Seis reservas da amostra já receberam ou ainda recebem apoio para contratação de mão-de-obra, como guardas-parque, condutores de visitantes, educadores ambientais e mateiros para auxiliar pesquisadores. Em uma dessas, esse apoio tem servido também para ajudar nas atividades produtivas da propriedade, porém realizadas fora da área reconhecida como RPPN.

Vale ressaltar que entidades conservacionistas, empresas ou mesmo o governo (Ibama) têm ajudado a divulgar essas reservas, por meio da criação de *folders* e cartazes, da criação e manutenção de *sites* e páginas na internet, da divulgação de reportagens em publicações especializadas ou da veiculação de matérias e documentários televisivos. Seis reservas da amostra já receberam alguns desses tipos de apoio. Todas elas possuem folhetos de divulgação, e três contam também com *site* próprio ou pelo menos uma página na internet.

É importante que profissionais de nível superior das áreas de meio ambiente e administração mantenham contato com as RPPN para oferecer-lhes apoio, de forma a viabilizar, por exemplo, a elaboração e apresentação de projetos de captação de recursos e melhoria do processo de gestão. Metade das reservas da amostra contam com serviços de profissionais, sejam eles funcionários, colaboradores ou

os próprios donos. O fato de 8 das 16 reservas da amostra não disporem de profissionais que lhes dêem orientação técnica qualificada revela a necessidade de formação de um corpo de colaboradores, possivelmente voluntários, para orientar os proprietários na elaboração de propostas e execução de projetos. Nesse sentido, a Confederação Nacional de RPPN e as associações estaduais e regionais têm papel fundamental na elaboração de convênios e formação de parcerias com universidades, centros de pesquisa e instituições de fomento e conservação ambiental, para atender a uma das demandas mais importantes dos proprietários.

É importante destacar que a maioria dos proprietários de reservas não têm conhecimento sobre estratégias de conservação ou educação ambiental, embora estejam sempre dispostos a aprender e a trocar informações e experiências. Por estarem seriamente comprometidos com a proteção dos recursos naturais, necessitam do apoio e do conhecimento de profissionais especializados.

Planejamento e divulgação

Apenas duas reservas da amostra têm um plano de manejo atualizado e planos operativos anuais. Seis delas possuem algum programa de educação ambiental, voltado principalmente para seus vizinhos ou para estudantes da região; outras três têm programas de pesquisa ou recebem pesquisadores, mantendo as informações que resultam dessas pesquisas armazenadas e disponíveis para consultas.

Os programas de mobilização e capacitação de proprietários de RPPN realizados em 2002 e 2003, com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, evidenciaram que a elaboração de um plano de manejo para a reserva tem sido a principal demanda dos proprietários. Mais recentemente, a Diretoria de Ecossistemas do Ibama envidou esforços, envolvendo também a Confederação e as associações de proprietários, para a elaboração de um roteiro metodológico destinado a planos de manejo. Espera-se que esse roteiro seja uma ferramenta útil para orientar o planejamento das reservas, tanto aquelas cujos proprietários desejam apenas preservar a natureza quanto aquelas onde se pretende desenvolver empreendimentos conservacionistas. É quase unânime a solicitação de apoio financeiro e orientação técnica para se ter um plano que norteie as ações a serem desenvolvidas, além de um diagnóstico da situação da reserva, essencial para a elaboração do plano de manejo.

Quanto à divulgação da RPPN, a realização de eventos pode ser oportuna não só para tornar a reserva conhecida como também para aumentar o nível de compreensão local sobre as estratégias de conservação a serem implantadas na região. Transformar uma reserva privada em um ponto focal da conservação regional poderá trazer resultados positivos.

Essa estratégia tem sido adotada no Corredor Central da Mata Atlântica, com o apoio da Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe (Preserva). Duas reservas da amostra receberam o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, enquanto uma terceira foi incluída no Sítio do Patrimônio Natural Mundial, reconhecido pela Unesco na Costa do Descobrimento (extremo sul da Bahia). Embora esses títulos ainda não se tenham traduzido em apoio concreto para as RPPN, eles sempre podem ser usados nas estratégias de captação de recursos.

Logística e infra-estrutura

Com relação à infra-estrutura, nove das 16 RPPN da amostra possuem trilhas implantadas, das quais seis são simples e três interpretativas. Oito reservas contam com o trabalho de condutores de visitantes, que, em três delas, recebem treinamento específico para desempenhar a função. Em cinco dessas RPPN são oferecidas palestras sobre meio ambiente para os visitantes. Em quatro delas, o visitante dispõe de locais para a compra de *souvenirs*, que muitas vezes divulgam não só a reserva como a fauna e flora locais. Em sete RPPN há ambientes para o visitante se alimentar, e em cinco delas são oferecidas comidas e bebidas típicas da região.

Ainda sobre infra-estrutura de uso público, quatro reservas oferecem serviço de hospedagem. Duas dispõem de um centro de visitantes e uma delas de uma biblioteca com publicações sobre a Mata Atlântica e sobre biologia da conservação, entre outros temas. Uma reserva oferece equipamentos de aventura, e outra dispõe de artesanato típico da região para exposição e venda ao visitante.

Aumento do número e da área das reservas

Um dado que evidencia o compromisso dos proprietários das reservas em proteger a biodiversidade da região onde atuam é o interesse em aumentar a área reconhecida como RPPN. Dos proprietários

das 16 amostras estudadas, oito revelaram sua intenção de aumentar a superfície atualmente protegida. Isso pode, segundo eles, se dar de diferentes maneiras. Dois pretendem converter outras partes de suas propriedades em reservas, aumentando a RPPN dentro de sua área. Além disso, os oito procuram meios de convencer seus vizinhos a criar eles também suas próprias RPPN.

Nesse contexto, ganha força a ação das associações de proprietários, cujos membros e dirigentes falam a mesma língua do produtor rural. Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem associações que têm se mostrado bastante atuantes e envolvidas no aumento do número de RPPN em seus estados. Projetos que fortaleçam a divulgação e a visibilidade regional de reservas, associados à atuação das associações no entorno dessas RPPN para criar novas unidades de conservação, são fundamentais e devem ser incentivados.

Pensando no estabelecimento de corredores de biodiversidade, a formação de redes de reservas privadas no entorno de unidades de conservação públicas, atuando de maneira conjunta e integrada, parece ser o cenário ideal a médio prazo. Isso significaria não só maior ganho e eficiência do ponto de vista da conservação, mas também otimização do uso de recursos.

Muitas vezes, o apoio conjunto a um grupo de reservas geograficamente próximas é a estratégia mais adequada, justamente por aumentar a superfície protegida em regiões importantes do ponto de vista da conservação da biodiversidade e muitas vezes criticamente ameaçadas. O apoio a projetos desse tipo otimiza a aplicação de recursos, tornando a relação custo-benefício extremamente positiva e dando maior visibilidade aos resultados.

Considerações finais

As reservas naturais privadas têm um papel fundamental, tanto do ponto de vista da proteção de remanescentes naturais e da conexão entre eles, quanto da criação de centros de difusão ambiental para promover a divulgação e a conscientização do conceito de corredor de biodiversidade.

A combinação de grandes unidades de conservação protegidas pelo poder público com pequenas e médias reservas particulares revela-se uma estratégia inovadora e eficiente. Nos casos em que as unidades de conservação públicas são fechadas à visitação - porque sua categoria não permite esse uso ou por falta de infra-estrutura adequada -, as RPPN do entorno podem servir como vitrines da fauna e da flora locais.

Realçamos uma vez mais o caráter complementar das unidades de conservação particulares no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Mesmo áreas pequenas, quando bem planejadas e manejadas, podem ter função estratégica, principalmente se localizadas nas imediações de unidades públicas.

Referências bibliográficas

- Araujo, M.; Alger, K.; Rocha, R.; Mesquita, C.A.B. 1998. *A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo, Brasil. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Caderno 8. 35p.
- Ayres, J.M.; Fonseca, G.A.B.; Rylands, A.B.; Queiroz, H.L.; Pinto, L.P.S.; Masterson, D.; Cavalcanti, R. 1997. *Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade do Brasil: os corredores ecológicos das florestas neotropicais do Brasil*. Projeto Parques e Reservas, IBAMA, Versão 3.0. Brasília, DF.
- Brito, M.C.W. de. 2003. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. 2. ed.. São Paulo. Annablume e Fapesp.
- Câmara, I. de G. 2002. A política de unidades de conservação: uma visão pessoal. *In: Milano, M.S. (org.). Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- CI-Brasil - Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, IPÊ, SMA-SP e SEMAD-MG. 2000. *Avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. MMA/SBF, Brasília. 2000.
- Cordeiro, P.H.C. 2003. Análise dos padrões de distribuição geográfica das aves endêmicas da Mata Atlântica e a importância do Corredor da Serra do Mar e do Corredor Central para conservação da biodiversidade brasileira. *In: Prado P.I.; Landau E.C.; Moura R.T.; Pinto L.P.S.; Fonseca G.A.B. e Alger K.N. (orgs.) Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/Unicamp.
- Costa, L.P.; Y.L.R. Leite; G.A.B. Fonseca e M.T. Fonseca. 2000. Biogeography of South American forest mammals: endemism and diversity in the Atlantic Forest. *Biotropica* 32(4b): 872-881.

- Costa, C.M.R.; Hirota, M.M.; Pinto, L.P.S.; Fonseca, M.T.; Lamas, I.R.; Brito, M.C.W. e Mesquita, C.A.B. 2004. *In: Borges, M.E. e Castro, C.R. (orgs.). RPPN: Conservação em terras privadas: desafios para a sustentabilidade. Anais do II Congresso Brasileiro de RPPN. Curitiba.*
- McNeely, J.A. Protected áreas are adapting to new realities. *In: McNeely, J.A. e Miller, K.R. (eds.). National Parks, conservation, and development: the role of protected areas in sustaining society. USA, Smithsonian, 1984.*
- Mesquita, C.A.B. 1999. *Conservación privada en América Latina: el caso de las Reservas Particulares del Patrimonio Natural, Brasil.* Sarapiquí, Costa Rica. Informe elaborado para o II Congreso Interamericano de Conservación Privada, 7p..
- Mesquita, C.A.B. 1999. *Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina.* Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 80p..
- Mesquita, C.A.B. e Leopoldino, F.S. 2002. *Incentivando e apoiando criação, manejo e integração entre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).* *In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Rede Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.*
- Mesquita, C.A.B. 2002. Capacitação como meio para conservar terras privadas. *In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Rede Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.*
- Milano, M.S. 2002. *Por que existem as unidades de conservação?* *In: Milano, M.S. (org.). Unidades de conservação: atualidades e tendências. Curitiba. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.*
- Mittermeier, R.A.; Myers, N.; Gil, P.R. e Mittermeier, C.G. 1999. *Hotspots: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions.* Cemex, Agrupación Sierra Madre e Conservation International, Washington, DC.
- Mori, S.A. e Boom, B.M. 1981. *Botanical survey of the moist forests of Eastern Brazil.* New York Botanical Garden, NY.
- Morsello, C. 2001. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.* São Paulo. Annablume e Fapesp.

- Pacheco, J.F.; Whitney, B.M. e Gonzaga, L.A.P. A new genus and species of furnariid (Birds: Furnariidae) from the cocoa-growing region of Southeastern Bahia, Brazil. *Wilson Bulletin* 108. 1996.
- Rocha, C.F.D.; Bergallo, H.G.; Alves, M.A.S. e Sluys, M.V. 2003. *A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais no estado do Rio de Janeiro e nas restingas da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, RiMa Editora.
- Rocha, C.F.D.; Esteves, F.A. e Scarano, F.R. (orgs.). 2004. *Pesquisas de longa duração na Restinga de Jurubatiba: ecologia, história natural e conservação*. RiMa Editora, Rio de Janeiro.
- Rosan, V.F.; Rambaldi, D.M.; Matsuo, P.M.; Santos, M.B. e Bento, M.I.da S. 2002. *Criando novos valores no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas/IBAMA – habitat do mico-leão-dourado (Leontopithecus rosalia, Lesson 1840)*. In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Rede Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- Sanderson, J.; Alger, K.; Fonseca, G.A.B.; Galindo-Leal, C.; Inchausti, V.H.; Morrison, K. 2003. *Biodiversity conservation corridors: planning, implementing, and monitoring sustainable landscapes*. Conservation International. Washington, DC.
- Thomas, W.W. e Carvalho, A.M. 1997. Atlantic moist Forest of Southern Bahia. In: Davis, S.D. et al. (ed.). *Centres of plant diversity: a guide and strategy for their conservation*. Vol. 3, WWF, IUCN. Londres.
- Thomas, W.W.; Carvalho, A.M.; Amorim, A.M.; Garrison, J. e Arbez, A.L. 1998. Plant endemism in two forests in Southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.

Sobre o autor

Carlos Alberto Bernardo Mesquita é engenheiro florestal, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com mestrado em Conservação da Biodiversidade pelo CATIE, em Turrialba, Costa Rica. Trabalha para o Instituto BioAtlântica, organização ambientalista sediada no Rio de Janeiro, onde coordena projetos de conservação em terras privadas. É colaborador da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, pesquisador associado do IESB, vice-presidente da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Rio de Janeiro e membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN (Seção Brasil) e do Conselho Consultivo da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Lista das RPPN localizadas nos Corredores de Biodiversidade Central da Mata Atlântica e Serra do Mar

CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA
37 RPPN, protegendo juntas 11.077,71 hectares

BAHIA - 30 RPPN, totalizando 9.717,09 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1990	RPPN Fazenda Avai	Caravelas	469,10
1991	RPPN Fazenda Itacira	Itapebi	100,00
1994	RPPN Fazenda Kaybi	Ubaira	5,00
1997	RPPN Reserva Salto Apepique	Ilhéus	118,00
1997	RPPN Fazenda São João	Ilhéus	25,00
1997	RPPN Reserva Natural da Serra do Teimoso	Jussari	200,00
1998	RPPN Arte Verde	Ilhéus	10,00
1998	RPPN Fazenda Pindorama	Itabela	47,00
1998	RPPN Araçari	Itacaré	110,00
1998	RPPN Estação Veracruz	Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia	6.069,00
1999	RPPN Ecoparque de Una	Una	83,28
1999	RPPN Fazenda Bom Sossego	Uruçuca	4,70
1999	RPPN Água Branca	Valença	97,00
2000	RPPN Lagoa do Peixe	Caravelas	31,00
2000	RPPN Estância Manacá	Ibicaraí	95,00
2000	RPPN Reserva Fugidos	Piraí do Norte	450,02
2000	RPPN Fazenda Paraíso	Uruçuca	26,00
2001	RPPN Reserva Pedra do Sabiá	Itacaré	22,00
2001	RPPN da Mata Atlântica da Manona	Porto Seguro	7,00
2001	RPPN Portal do Corupira	Porto Seguro	50,00
2002	RPPN Carroula	Prado	15,00
2002	RPPN Juerana	Maraú	27,00
2002	RPPN Sapucaia	Maraú	18,50
2003	RPPN Ararauna	Una	39,00
2004	RPPN Mãe da Mata	Ilhéus	13,00
2004	RPPN Serra Bonita	Camacan	800,00
2004	RPPN Serra Bonita I	Camacan	200,00
2004	RPPN Serra Bonita II	Camacan	50,00
2004	RPPN Serra Bonita III	Pau Brasil	150,00
2004	RPPN Reserva Ecológica Rio Capitão	Itacaré	385,49

ESPÍRITO SANTO - 4 RPPN, totalizando 586,22 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1998	RPPN Cafundó	Cachoeiro do Itapemirim	517,00
1998	RPPN Santa Cristina	Montanha	29,22
2001	RPPN Reserva Fazenda Sayonara	Conceição da Barra	28,00
2004	RPPN Três Pontões	Afonso Cláudio	12,00

MINAS GERAIS - 3 RPPN, totalizando 774,40 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1997	RPPN Mata da Califórnia	Salto da Divisa	155,40
1998	RPPN Fazenda Bulcão*	Aimorés	609,00
1999	RPPN Resgate I*	Alto Jequitibá	10,00

CORREDOR DE BIODIVERSIDADE DA SERRA DO MAR **83 RPPN, protegendo juntas 7.364,19 hectares**

MINAS GERAIS - 25 RPPN, totalizando 2.044,35 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Fazenda Pedra Bonita	S. João Nepomuceno	33,00
1995	RPPN Alto da Boa Vista	Descoberto	96,00
1997	RPPN Sítio Sannyasim	Descoberto	5,40
1997	RPPN Sítio Estrela da Serra	Olaria	30,10
1997	RPPN Fazenda do Sino	Betim	16,20
1998	RPPN Fazenda Papagaio	Aiuruoca	10,00
1999	RPPN Mitra do Bispo	Bocaina de Minas	35,00
1999	RPPN Fazenda Alto da Boa Vista	Bocaina de Minas	55,00
1999	RPPN Alto da Boa Vista	Descoberto	22,00
1999	RPPN Sítio Raio Solar	Extrema	28,69
1999	RPPN Usina Maurício	Itamarati de Minas	303,75
1999	RPPN Sítio Cerro das Acácias	São João Nepomuceno	1,00
2000	RPPN Nave da Esperança	Aiuruoca	27,37
2000	RPPN Fazenda da Serra	Lima Duarte	22,48
2000	RPPN Reserva Sarandi	Santa Bárbara do Monte Verde	3,50
2000	RPPN Serra do Ibitipoca*	Lima Duarte	4,67
2001	RPPN Parque Ecológico Serra do Santo Antônio	Andrelândia	9,00
2002	RPPN Brejo Novo	Santos Dumont	18,35
2002	RPPN Semente do Arco-Íris	Toledo	1,65
2002	RPPN Fazenda Boa Esperança*	Descoberto	126,80
2002	RPPN Fazenda São Lourenço*	Itamarati de Minas	177,20
2002	RPPN Fazenda da Gruta*	Santana do Deserto	709,00
2002	RPPN Vale de Salvaterra*	Juiz de Fora	263,30
2003	RPPN Cambui Velho*	Cambuí	9,69
2004	RPPN Reserva Mata do Bugio	Rio Novo	35,20

* RPPN reconhecidas pelo IEF/MG, com base no Dec. Est. 34401, de 21/01/98

RIO DE JANEIRO - 44 RPPN, totalizando 4.230,29 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1991	RPPN Fazenda Roça Grande	Rio Claro	63,70
1992	RPPN Sítio Angaba	Itaguaí	29,00
1992	RPPN Sítio Poranga	Itaguaí	34,00
1993	RPPN Fazenda Córrego da Luz	Casimiro de Abreu	20,00
1993	RPPN Pedra do Amarilis	Petrópolis	39,64
1994	RPPN CEFLUSMME	Rio de Janeiro	3,40
1994	RPPN Fazenda Arco-Íris	Silva Jardim	45,86
1996	RPPN Fazenda Santa Izabel	Mangaratiba	525,00
1996	RPPN Sítio Santa Fé	Silva Jardim	14,31
1996	RPPN Granja Redenção	Silva Jardim	33,80
1997	RPPN Fazenda Limeira	Petrópolis	18,73
1997	RPPN Sítio Fim da Picada	Rio Claro	21,10
1997	RPPN Sítio Cachoeira Grande	Silva Jardim	14,00
1998	RPPN Gleba O Saquinho de Itapirapua	Angra dos Reis	3,97
1998	RPPN Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu	472,00
1998	RPPN Sítio Shangrilah	Macaé	69,00
1998	RPPN Maria Francisca Guimarães	Teresópolis	1,02
1999	RPPN Sítio Granja São Jorge	Rio de Janeiro	2,60
1999	RPPN Reserva Jornalista Antenor Novaes	Engenheiro Paulo de Frontin	125,00
1999	RPPN Fazenda Barra do Sana	Macaé	162,40
1999	RPPN Reserva Querência	Magé	6,30
1999	RPPN El Nagual	Magé	17,20
1999	RPPN Fazenda Cachoeirinha	Mangaratiba	650,00
1999	RPPN do Sítio Santa Cruz	Mendes	46,80
1999	RPPN Reserva Ecológica Metodista Ana Gonzaga	Rio de Janeiro	73,12
1999	RPPN Fazenda Suspiro	Teresópolis	18,21
1999	RPPN Fazenda São Geraldo	Valença	173,00
2000	RPPN Sítio Fim da Picada II	Rio Claro	7,05
2000	RPPN Reserva Mato Grosso	Squarema	26,11
2000	RPPN Reserva União	Silva Jardim	343,10
2001	RPPN Fazenda São Benedito	Rio Claro	144,00
2001	RPPN Fazenda Gaviões	Silva Jardim	117,39
2002	RPPN Sítio Paiquerê	Nova Iguaçu	14,10
2002	RPPN Gaia	Bom Jardim	40,00
2002	RPPN Reserva Porangaba	Itaguaí	9,00
2002	RPPN Fattoria Grigea	Nova Friburgo	10,20
2002	RPPN Nossa Senhora das Graças	Rio Claro	30,73
2002	RPPN SESC Tinguá	Nova Iguaçu	16,50
2004	RPPN Serra Grande	Silva Jardim	108,00
2004	RPPN Quero-Quero	Silva Jardim	16,00
2004	RPPN Lençóis	Silva Jardim	12,82
2004	RPPN Ventania	Casimiro de Abreu	138,27
2004	RPPN Reserva Sítio Azul	Nova Friburgo	5,08
2004	RPPN Três Morros	Casimiro de Abreu	508,78

SÃO PAULO - 14 RPPN, totalizando 1.089,55 hectares

Ano	Nome da RPPN	Município	Área (ha)
1992	RPPN Carbocloro	Cubatão	7,00
1994	RPPN Sítio do Cantoneiro	Monteiro Lobato	8,70
1995	RPPN Sítio Sibiuna	Joanópolis	50,00
1998	RPPN Fazenda San Michele	São José dos Campos	84,71
1999	RPPN EcoWorld	Atibaia	51,38
1999	RPPN Fazenda Bela Aurora	Cruzeiro	86,14
1999	RPPN Fazenda Rio dos Pilões	Santa Isabel	560,02
1999	RPPN Morro do Curussu Mirim	Ubatuba	22,80
2000	RPPN Sítio Primavera	São Luiz do Paraitinga	21,78
2000	RPPN Toque Toque Pequeno	São Sebastião	2,70
2001	RPPN Sítio do Jacu	Caraguatatuba	1,60
2001	RPPN Sítio Capuavinha	Mairiporã	5,00
2002	RPPN Parque dos Pássaros	Bragança Paulista	174,90
2003	RPPN Rizzieri	São Sebastião	12,82